

Jornal do Professor

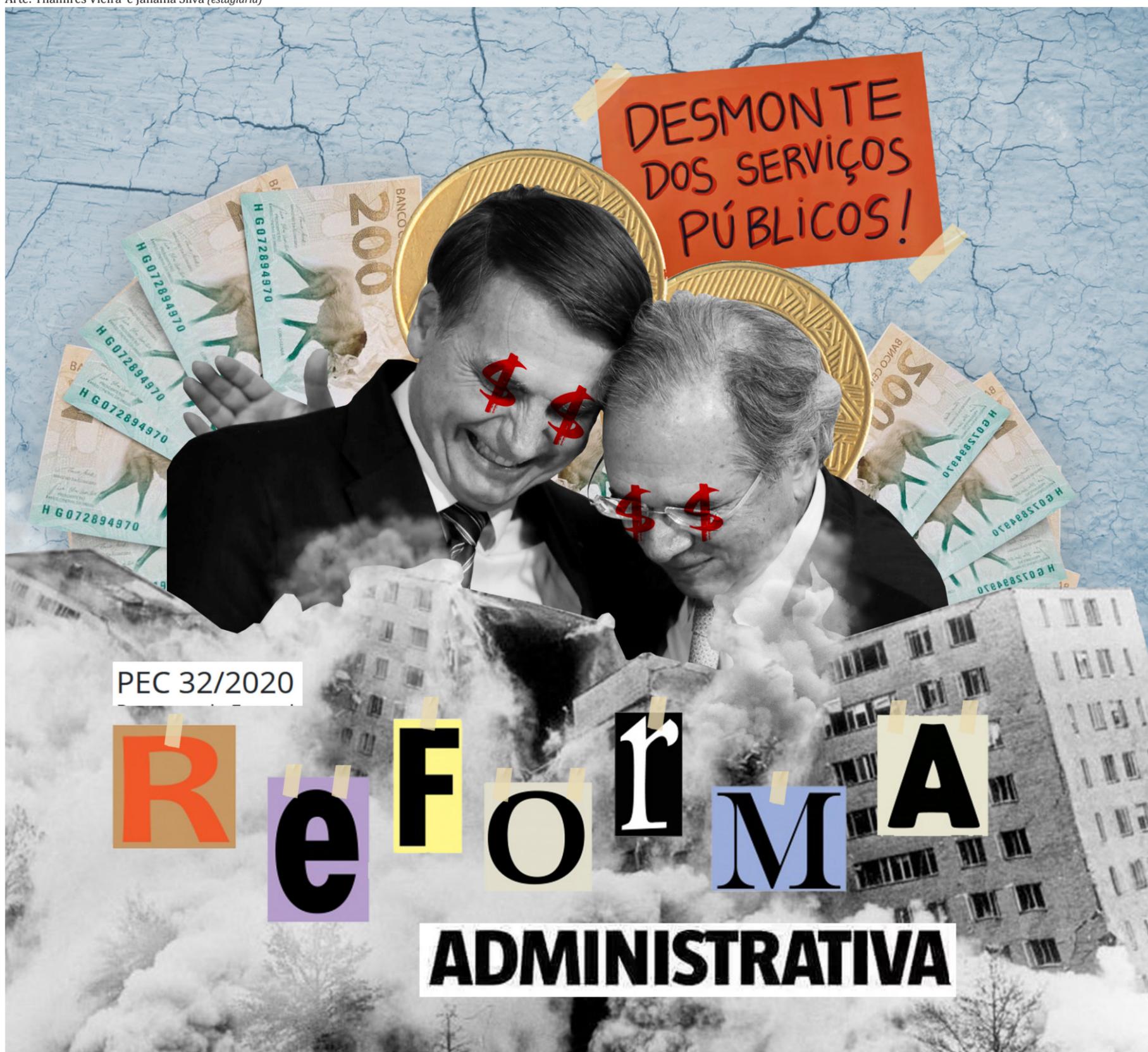
PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VIII - Nº 68 - DEZEMBRO DE 2020

    @adufgsindicato

REFORMA ADMINISTRATIVA AMEAÇA DESTRUIR A CARREIRA DOCENTE

Páginas 8 e 9

Arte: Thamires Vieira e Janaína Silva (estagiária)



ARTE

Professor Cláudio Freire levou pigmentos minerais do seu trabalho para o campo das artes visuais

Página 6

SAÚDE

Adufg agiu e se adaptou durante a pandemia para melhor atender o docente

Página 7

SINDICALISMO

Saiba como foi o XVI Encontro Nacional da Proifes, realizado de forma online

Página 10

TRAJETÓRIA

Professora Luciene Dias descobriu a paixão pela docência após mais de 10 anos atuando como jornalista

Página 16

prestação de contas

Janeiro de 2020

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	544.779,84
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	9.610,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.434,26
1.4	Receitas Financeiras	23.912,98
1.5	Outras Receitas	1.835,92
1.6	Resgate de aplicações financeiras	198.731,10
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.972,07
Total R\$		778.332,03

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	61.880,83
2.1.2	Encargos Sociais	45.809,97
2.1.3	Seguro de Vida	748,28
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	3.443,17
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	20.456,08
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.381,71
Total R\$		134.369,04

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.322,30
2.2.2	Despesas com Correios	3.856,54
2.2.3	Energia Elétrica	4.349,64
2.2.4	Honorários Advocáticos	10.331,48
2.2.5	Honorários Contábeis	3.942,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	4.580,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.273,71
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	857,97
2.2.11	Vigilância e Segurança	443,17
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	600,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.606,40
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	707,69
Total R\$		39.270,90

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.503,00
2.3.2	Despesas com Táxi	196,00
2.3.3	Despesas com Coral	2.650,00
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	6.481,15
2.3.6	Tarifas Bancárias	788,14
2.3.7	Lanches e Refeições	886,65
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	11.545,82
2.3.10	Manutenção de Veículos	599,98
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	2.793,96
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.018,59
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	4.482,35
2.3.16	Hospedagens Hotéis	4.582,10
2.3.17	Material de expediente	255,16
2.3.18	Outras despesas diversas	375,55
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.553,04
2.3.20	Homenagens e Condecorações	590,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.618,33
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.963,16
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	10,45
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	630,80
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	5,32
Total R\$		49.529,55

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	7.119,05
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	987,23
Total R\$		8.106,28

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifex Federação	28.705,53
Total R\$		28.705,53

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	259.981,30
3 Resultado do exercício 01.2020 (1-2)	518.350,73

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	128.452,17
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	1.263,50
4.1.6	Outras Imobilizações	51.642,37
Total R\$		181.358,04

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	4.600,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		4.600,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	309.031,92
Total R\$		309.031,92

Total Geral dos Investimentos R\$	494.989,96
5 Resultado Geral do exercício 01.2020 (3-4)	23.360,77

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

Um ano de desafios

Não há dúvida de que o ano de 2020 foi, no mínimo, estranho para todas as pessoas. Não há como negar, também, que o Governo Federal foi incompetente frente à pandemia da Covid-19 e que até mesmo chegou a tirar vantagem da crise instaurada para dobrar a carga de ataques contra áreas fundamentais: a saúde, o meio ambiente e a educação. Porém, podemos dizer com orgulho que este foi um ano aguerrido e de intensa atuação política e sindical. Apesar dos diversos percalços tanto práticos quanto sanitários impostos pela crise, o Adufg-Sindicato e o movimento docente buscaram alternativas e agiram como puderam para barrar as constantes tentativas de retrocesso por parte do governo e, mais ainda, atuando no combate à pandemia, respondendo à altura ao vácuo deixado pela inação dos órgãos competentes. Nesta edição, trazemos como matéria principal a reforma administrativa, uma tentativa descarada de desmonte do funcionalismo público por parte deste governo e que ameaça 2021. Relembramos em nossas páginas como o Adufg reagiu a esta crise. Nos lembramos, também, do Dia da Consciência Negra, data importante de luta que não pode passar esquecida nesta crise. E, por fim, avaliamos como foi este ano que, apesar de desafiador e único, foi palco também de conquistas e avanços na esfera do sindicato.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

ERRATA:

Na página 11 da edição 67 (setembro/2020), nos referimos ao professor Érico de Campos Dianese como "Érico de Campos". O professor explica que sua assinatura acadêmica é, na verdade, Érico Dianese.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VIII - Nº 68

DEZEMBRO de 2020

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Diogo Fleury

Diagramação: Thamires Vieira

Estagiária: Janaína Silva

Data de fechamento: 03/12/2020

Tiragem: 2.500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



* Pablo Lisboa

A complexidade das Redes Sociais da Internet: um território em disputa

É notório que as Redes Sociais da Internet vêm ocupando cada vez mais lugar de destaque e importância em nossa sociedade, que se caracteriza pela presença lastreada dos dispositivos tecnológicos digitais. O relatório do Instituto Reuters que analisou dados de 2013 a 2020 revela aquilo que já é sentido no cotidiano: as Redes enquanto fontes de notícias sofreram um crescimento que variou de 47% para 67% em face da queda do jornal impresso, que passou de 50% para 23%. A comparação entre Redes e Jornal Impresso indica uma tendência de mudança no consumo de notícias e de publicidade e propaganda que dribla os meios clássicos de comunicação (Rádio, TV e Jornal), retirando a hegemonia dessas emissoras e configurando um cenário de diversidade e complexidade.

Contudo, se analisarmos apenas a predileção das pessoas pelo uso das Redes, entenderemos que esses canais guardam singular influência não só no consumo de notícias e propaganda, mas também e principalmente nas interações pessoais e na nossa relação com as empresas e com a política. Ficaram marcados para os autos da história os processos eleitorais que resultaram na eleição de Bolsonaro e Trump. No filme Privacidade Hackeada (2019) pode-se acompanhar como a empresa de análise de dados Cambridge Analytica, a partir de acordo com o Facebook, influenciou as eleições presidenciais de 2016 nos EUA, que levaram Donald Trump ao poder. A identificação dos perfis indecisos e o direcionamento de fake news sobre a opositora Hilary Clinton para estes perfis teria sido uma estratégia com efeito direto nas eleições. Já no Brasil, acompanhamos uma campanha eleitoral que transformou parte dos grupos de Whatsapp em esgoto para o trânsito de fake news sobre os opositores de Bolsonaro, principalmente em relação ao candidato Fernando Haddad (PT).

Trazendo a nossa análise para o ano de 2020, notamos que as eleições para prefeitos(as) e vereadores(as) desse ano foram marcadas por uma presença assídua de parte dos concorrentes nas Redes Sociais na Internet, o que deu mais visibilidade para candidatos(as) que fizeram um uso efetivo e de acordo com as possibilidades de cada plataforma. Boulos (Psol) e Manuela (PCdoB) tiveram performances distintas das demais para o pleito das cidades de São Paulo e Porto Alegre através do Instagram, capitalizando politicamente com isso. Possivelmente esse uso deu mais impulso a presença dos dois candidatos no segundo turno das eleições. O perfil @guilhermeboulos.official tem 1,5 milhão de seguidores e o perfil @manueladavila tem 2 milhões. Para uma análise quantitativa, podemos concluir que são perfis de grande relevância, mas cabe destacar que o número de seguidores é apenas um dos itens que possibilitam a transmissão de ideias em larga escala. Nas Redes, vale não só o número de seguidores mas também a sentimentalização que advém dos públicos, como por exemplo o número de curtidas (likes).

Fiz questão de mencionar exemplos negativos e positivos das Redes porque é bastante simplista a análise realizada por alguns estudos que consideram os novos canais

de comunicação como um mal na sociedade atual. Ora, se formos nos debruçar sobre as fake news, não iremos tão longe para encontrar mentiras e manipulações realizadas pelos meios de comunicação clássicos. Ainda arde na lembrança a adesão da Rede Globo aos Governos Militares no Brasil e a edição do debate entre Lula e Collor em 1989. Não podemos aceitar com passividade a ideia de que as Redes são o mal de nosso tempo. Mentiras sempre fizeram parte do jogo político das emissoras de comunicação, mesmo antes das Redes. A Globo, por exemplo, sempre mentiu e construiu o seu editorial em acordo com seus interesses comerciais. Portanto, fake news é apenas uma nova nomenclatura usada no contexto das Redes para denominar um produto específico que não é novo.

Para além de emitir um juízo de valor a respeito das comunicações, é louvável uma análise conceitual e descritiva das ferramentas de comunicação que chamamos de Redes Sociais na Internet. A adição do termo “na internet” para se falar de Redes tem a intenção de distinguir uma Rede Social que não prescinde de tecnologias, das Redes Sociais que só são possíveis por conta da internet e dos aplicativos: Instagram, Facebook, Twitter. A interação é a grande marca das Redes, enquanto ferramentas de diálogo. Entretanto, um legado de passividade deixado pelos meios de massa ainda faz dos públicos entes mais de audiência do que de interação. A condição de cada perfil em ser um polo de emissão fazem das Redes espaços de radicalidade democrática no trânsito das informações. Podemos distinguir os perfis em três tipos: os que replicam informações de outros; os que fazem adaptações das informações geradas de outras plataformas, ajustando os conteúdos; os que produzem conteúdo direto nas Redes, adaptados aos limites da plataforma.

Lançando um olhar sobre a UFG em relação ao Instagram, podemos observar uma ocupação efetiva das Redes. Os perfis @adufgsindicato e @sintifesgo têm conseguido realizar uma comunicação sindical efetiva com seus filiados e, por conta da característica desta Rede, também tem atingido públicos distintos, o que amplia a capacidade de interlocução com a sociedade em geral. Por seu turno, os perfis @ufg_oficial, @reitoriaufg, @radiouniversitariaufg e @tvufg realizam processo de informação e interação com os públicos. A quantidade de seguidores e os processos de escuta institucional possíveis e efetivados pelos canais das Redes da UFG fazem com que o processo de tomada de decisão por parte da gestão superior seja mais ágil e assertivo. A sentimentalização das Redes contribuiu para uma instituição que está em permanente contato com a comunidade acadêmica e com os públicos externos. Desta maneira, a ocupação das Redes é necessária e urgente para aqueles que ainda não entenderam o jogo em curso nesse território.

**Pablo Lisboa é professor da FCS e Coordenador da Reitoria Digital UFG*



Romualdo Pessoa*

2020, A PANDEMIA E O INUSITADO ENSINO REMOTO

Enfim, foi inevitável. Apesar de divergências postas inicialmente por colegas que destacaram objeções ao ensino remoto, a realidade foi mais forte. Não havia como ficarmos tanto tempo sem estarmos desenvolvendo nossas atividades didáticas, e muito menos seria justo com tantos alunos e alunas, manter esse distanciamento e a absoluta ausência de aulas por um longo período. Perder um ou dois semestres letivos representaria um enorme desgaste no processo formativo de milhares de estudantes, cuja ansiedade pela própria condição de isolamento gerado pela pandemia já causava enorme desgaste social e de perda de perspectiva profissional.

Mas nos importa analisar como nós, docentes, nos situamos nesse novo formato de atividade, que abdica da presença física em salas de aulas, mas não pode ser comparado com o já existente ensino à distância (EAD). Logo no começo da polêmica eu produzi um artigo, publicado em meu blog Gramática do Mundo, e reproduzido no site do Adufg-Sindicato, explicitando minha opinião claramente favorável a retomarmos nossas atividades acadêmicas remotamente.

Embora não divergindo dos argumentos e das preocupações expostas por muitos que discordavam do ensino remoto, compreendia que se tratava de ter que adotar uma atitude responsável diante dos ataques que as universidades têm recebido de um governo inepto e descompromissado com o ensino superior. Seria dar munção a esse governo nos negarmos a encontrar soluções que minimizassem o prejuízo para milhares de estudantes.

Assim feito, e três meses depois, nos cabe analisar as condições em que isso acontece, os resultados obtidos até aqui e de que forma houve, ou há, disparidades entre os estudantes no acesso ao ensino remoto e a qualidade que estamos podendo lhes oferecer.

Particularmente, mantenho minha posição, cuja opinião é anterior à pandemia, sobre a necessidade de nos adaptarmos às transformações em curso, seja no tocante ao aparato tecnológico, como também à nossa própria didática cujas aulas longas e cansativas precisam ser repensadas. Ademais, o crescimento das cidades, principalmente a capital e o espalhamento em regiões metropolitanas com grandes distanciamentos entre os diversos bairros, subúrbios e cidades do entorno, são fatores de pressão sobre os alunos e alunas.

O ensino remoto não substitui o presencial, e jamais isso poderá acontecer, porque faria a universidade perder a sua própria essência. O tripé que a sustenta, o ensino, a pesquisa e a extensão, jamais poderá prescindir da participação ativa e presente de mestres, pesquisadores doutores e jovens estudantes no cotidiano de suas atividades. Mas é preciso neste momento ter a compreensão que essa foi uma saída necessária, diante do distanciamento social que nos é imposto por uma pandemia e um vírus ainda impossível de ser contido, na ausência de uma vacina.

Posto isso, podemos analisar de que forma estamos utilizando dos mecanismos colocados para nos adequarmos a esse novo momento, às plataformas que nos permitem abrir salas remotas, por onde nos conectamos com os estudantes virtualmente e procuramos da melhor forma possível transmitir didaticamente por esse novo formato os conhecimentos. Mas é evidente que há diferenças entre as diversas áreas, os tipos de disciplinas e até mesmo as distâncias geracionais entre os professores e professoras,

que possibilita a alguns terem mais facilidades de se adaptarem às novas tecnologias. Além do que há uma disparidade, do ponto de vista das condições sociais, entre a juventude universitária. Reflexo da própria desigualdade social que impera na sociedade.

Mas é preciso também dizer que as dificuldades de acesso a computadores, bem como à internet, aconteciam também no cotidiano das atividades presenciais da universidade. A pandemia e a necessidade de aulas remotas, somente escancararam essa realidade. E, no entanto, foi o que possibilitou a busca de alternativas, com doações de equipamentos e de pacotes de dados móveis de acesso à internet, a estudantes que economicamente não possuíam condições para tal. Seguramente no retorno das atividades presenciais, a universidade terá que se debruçar com seriedade sobre essa questão, e garantir que esses auxílios sejam permanentes, até que cada estudante que usufrua dessas ajudas, conclua suas formações.

Quanto a nós, docentes, nos deparamos com situações mais angustiantes e estressantes, às quais buscamos nos familiarizar, nos adaptarmos e precisamos nos cuidar. Mas, certamente, nos permitem compreender que, para além de considerarmos importante não termos parado nesses momentos, e estarmos nos refazendo por mecanismos sofisticados que são mais facilmente incorporados ao cotidiano quando somos mais jovens, deve haver um limite para esse nosso envolvimento. Porque, nitidamente, as atividades desenvolvidas em nossas residências são acompanhadas de situações com as quais não lidamos em nossos ambientes de trabalho. Desde a companhia de familiares, principalmente os que têm filhos pequenos, até com as limitações de nossos equipamentos. Além de termos que lidar com oscilações frequentes de sinais de internet e, principalmente, quedas de energia.

Também os custos gerados por investimentos em móveis adequados para que não soframos as consequências, em algumas circunstâncias inevitáveis, de problemas que venham a afetar nossas colunas lombares ou a causarem lesões por esforços repetitivos (LER). A questão é que esses investimentos saem de nossos próprios bolsos, numa situação em que estamos há três anos sem reajustes salariais. Esses são problemas cruciais, porque as condições como nos posicionamos fisicamente para nossas aulas no ensino remoto, nos levam ao enfrentamento de situações mais adversas do que no ambiente de nossas unidades, onde podemos buscar auxílios técnicos que proporcionam melhores qualidades em termos estruturais, apesar de passarmos por um momento de falta de recursos, que impactam na aquisição de novos equipamentos.

Assim, vamos nos readeguando a uma nova e não desejada realidade. O que nos leva, por outro lado, a refletir sobre o que virá depois disso. Provavelmente muito de todo esse aparato tecnológico será importante para o pós-pandemia, e, certamente, algumas atividades por via remota, e a continuidade do uso dessas plataformas para a complementação de nossas atividades acadêmicas e de pesquisas, prosseguirão como parte de nossas rotinas na universidade, assim como na sociedade.

*Docente do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), possui doutorado em Geografia e mestrado em História pela UFG. Foi superintendente de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás e presidiu o Adufg-Sindicato.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Varinha de Mourão

A pandemia virou munição para justificar retrocessos. O vice-presidente Hamilton Mourão voltou a defender as reformas administrativa e tributária. Ele afirmou que desde 2014 o Brasil acumula déficit fiscal e destacou que a economia projetada pela reforma da previdência foi “comida pelos recursos empregados no combate aos efeitos” da crise do coronavírus. O milagre viria então de novas reformas que, tal qual mágica, encheriam os cofres na próxima década. Segundo ele, existe expectativa e disposição de avançar sobre as discussões das reformas no Congresso, apesar de ‘lobby existente de grupos contrários’.

Tiro, porrada e bomba

O presidente Jair Bolsonaro não resistiu ao silêncio após a derrota de Donald Trump no pleito dos EUA e atacou o novo presidente, Joe Biden, com todo um arsenal de ofensas tão agressivas quanto vazias. Diante da possibilidade de Biden aplicar sanções econômicas ao Brasil devido à calamidade ambiental na Amazônia, Bolsonaro falou até em “pólvora”. Depois, ao se referir à pandemia, disse que o Brasil precisa deixar de ser “um país de maricas” e enfrentar a doença. Toda a manobra foi, possivelmente, uma cortina de fumaça para acobertar o fato de que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski encaminhou à Procuradoria-Geral da República notícia-crime pela intervenção do presidente Jair Bolsonaro e de estruturas governamentais nas investigações de suposto esquema de “rachadinha” no gabinete do então deputado estadual e hoje senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Caldo

Em novembro, porém, Mourão declarou que “chega um momento em que o caldo entorna”, ao negar responsabilidade do governo Bolsonaro sobre o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia. O descontrole das queimadas e o avanço do desmatamento levaram oito países a enviarem uma carta ao governo Bolsonaro, em setembro, ameaçando cortar importações de produtos brasileiros, caso o Brasil não adotasse medidas efetivas de combate à devastação da floresta.

Frente estreita

Com a derrota de Trump nos EUA, correm rumores no Congresso e pelos partidos da necessidade de se formar uma frente ampla “tipo Biden” para 2022. Ao Globo, o ex-ministro Sérgio Moro admitiu ter planos com o apresentador Luciano Huck. Os fatos, porém, parecem complicar esse plano. À Carta Capital, Ciro Gomes defendeu a ideia, mas só com partidos de centro-esquerda e sem o PT, tendo como ponta de lança Marina Silva (Rede) ou Flávio Dino (PCdoB). Ele também chamou Moro de “fascista” e disse que o dia que ele for de centro “eu sou da ultraesquerda”. A centro-direita também não parece animada com a ideia: Alessandro Vieira (Cidadania) tuitou que estão querendo que se formem alianças com “corruptos notórios”.

Ministro vende tudo

O ministro da Economia está otimista para o ano que vem, o que já é mau sinal. Segundo a Folha, Paulo Guedes prometeu acelerar e realizar ao menos quatro privatizações de empresas estatais no ano que vem. “Estou bastante frustrado de estarmos aqui há dois anos e não termos conseguido vender nenhuma estatal”, disse e completou: “o governo liberal-democrata que foi eleito e que falou o tempo inteiro que ia privatizar, aí tem acordo político de repente na Câmara e no Senado que não deixa privatizar. Que história é essa?”. Na mira imediata do ministro estão a Eletrobrás, o Porto de Santos e os Correios.

Impacto

Oito pesquisadores da UFG apareceram na lista de pesquisadores de maior impacto do mundo, com base na plataforma Scopus e metodologia proposta por John Loannidis, para o ano de 2019. São eles os professores José Alexandre Felizola Diniz Filho, Luis Mauricio Bini, Rafael Loyola, Thiago Rangel e Paulo de Marco do Departamento de Ecologia (ICB), além dos Professores Carlos Estrela (FO), Arthur Anker (PGBAN) e Wendell Coltro (Instituto de Química - IQ).

Distância

Segundo dados da DataFavela divulgados em matéria d’O Globo, 55% dos estudantes das favelas brasileiras estão sem estudar durante a pandemia. A maior parte, 34%, não tem acesso à internet e os outros 21% não estão recebendo as atividades da escola ou faculdade em que estão matriculados. Além da falta de equipamentos e de conexão, outro problema é a falta de

equipamentos e de conexão, outro problema é a falta de um ambiente adequado para estudar.

Emprego

Além de ficar sem estudar, muitos estudantes tiveram que largar a escola para ajudar em casa. Com o acirramento da crise econômica, tiveram que procurar emprego. Segundo a pesquisa “TIC Covid-19”, 56% dos alunos que não estudaram na pandemia apontaram como motivo a busca por emprego. No recorte por renda, o levantamento aponta que a maior parte (29%) dos alunos que não acompanharam aulas remotas é da classe D e E.

De passagem

O novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, está exercitando um talento de que Abraham Weintraub não dispunha: a arte de entrar mudo e sair calado. Segundo matéria da Folha, nos primeiros quatro meses do cargo, o novo ministro passou quase um mês inteiro (24 dias) viajando, geralmente em pautas alheias à pasta e fazendo papel de papagaio de pirata ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Enfeite

Nos bastidores do governo, e mesmo no Congresso, já corre à boca miúda o termo “ministro decorativo”, além da preocupação de que Ribeiro não apenas não tem a capacidade para ser ministro como não entende as responsabilidades do cargo, conforme os desafios do MEC, especialmente durante a pandemia, se acumulam, sem plano ou solução.

Pau pra toda obra

A estratégia do governo parece simples: na dúvida, tire da educação. O Congresso aprovou no começo de novembro um remanejamento de recursos federais que retira R\$ 1.4 bilhão do MEC. O destino? Obras públicas. Os recursos, que somam mais de R\$ 6 bi, vão sair de sete ministérios, mas a maior fatia coube à educação. Eles serão redirecionados aos ministérios do Desenvolvimento Regional, da Infraestrutura, da Agricultura e de Minas e Energia. O da Saúde, comalido, recebe um respiro: R\$ 243 milhões.

Triagem

A Tenda Triagem Covid-19, da UFG, coordenada pela Faculdade de Enfermagem (FEN), encerrou suas atividades rompendo a marca de 6 mil atendimentos. De papel fundamental durante a pandemia, a tenda realizou testagem do novo coronavírus com servidores públicos, especialmente profissionais da saúde, docentes e da segurança pública. Os dados coletados continuarão sendo usados em pesquisas desenvolvidas pelas unidades acadêmicas envolvidas. Por parte da comunidade acadêmica, fica o agradecimento e a admiração por este serviço prestado à sociedade.

Fotos: Acervo pessoal



Um pouco da obra e da técnica do professor Cláudio Freire que compõe seus quadros usando pigmentos minerais diversos, alcançando uma variedade impressionante de cores.

Foto: Acervo pessoal



O professor Cláudio levou o seu cotidiano como engenheiro de minas para o campo das artes

TALENTO NAS CORES DA TERRA

Há mais de 20 anos, o engenheiro de minas Cláudio Freire uniu a profissão com a arte e agora leva o que aprendeu para escolas

José Abrão

Engenheiro de minas e professor da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Cláudio Freire também é conhecido como Galdino, seu nome artístico. Há mais de 20 anos, ele pinta usando pigmentação, isto é, como ele mesmo diz, “terra”. Desenhista desde criança, começou um curso de pintura quando era estudante universitário. “Estudei sobre rochas e solo e vi como os minerais têm cores diferentes”, lembra.

Anos depois, já trabalhando em uma mina, viu uma notícia sobre o uso de pigmentos minerais como base para a produção de tintas, em um curso de extensão da UFG. “Achei interessante as pessoas na beira de

uma estrada e lembrei que na mina tinha uma infinidade de cores”.

Aproveitou um final de semana de plantão e coletou amostras onde viu pigmentações diferentes. “Consegui 24 nuances de cor em variações mais claras e mais escuras”, conta. Pouco depois, resolveu testar. “A técnica é simples: mistura-se o pigmento com água e cola branca. Fiz testes para encontrar a proporção correta e desde então não parei mais”, afirma.

Galdino acredita que já pintou mais de 60 telas. Sua primeira exposição ocorreu dentro da própria mineradora. “Procurei a área de comunicação, pensamos num formato

e começamos a expor nas unidades da empresa aqui e em outras cidades. Isso repercutiu nos jornais locais e em uma reportagem de uma revista nacional especializada em mineração. Tudo isso rendeu um convite para expor por quatro meses no Museu das Minas e do Metal, em Belo Horizonte.

Em 2016, um desejo crescente do professor saiu do papel: unir sua arte com educação ambiental. Na oficina Brinquedo de Terra, que faz parte do projeto Cores de um Brasil Mineral, a ideia é levar a técnica com um ensino lúdico para escolas públicas da comunidade. “Resgatamos essa arte que é usada por

nossos ancestrais desde a Idade da Pedra. Falamos sobre a importância da mineração no nosso cotidiano e o uso sustentável dos recursos naturais”, relata.

O estilo das obras variou: algumas são abstratas, outras retratam casarões das cidades por onde Galdino passou. Atualmente ele trabalha em aprimorar sua habilidade. “Nunca tinha retratado pessoas em uma tela, hoje já estou tentando evoluir mais na técnica. Estou começando a fazer testes em que me exijo mais e evidencio mais o próprio uso do pigmento com mais detalhe e capricho”. O trabalho do docente pode ser visto no Instagram @claudio_freire_galdino.

Foto: Acervo pessoal



Através da BeeTech, o professor Thiago Carreo e outros docentes colaboram para encontrar soluções inteligentes no combate à Covid-19

PROJETO INTERDISCIPLINAR DA UFJ DESENVOLVE RESPIRADORES MAIS BARATOS

Professores de diferentes áreas aliados a empresários trabalham em dois equipamentos diferentes

José Abrão

A incubadora de empresas BeeTech, vinculada à Universidade Federal de Jataí (UFJ), atua no desenvolvimento de dois equipamentos respiradores no combate à pandemia do novo coronavírus. O primeiro deles é o OxyGen, um automatizador de Ambu (Unidade Manual de Respiração Artificial, sigla em inglês) europeu de planta aberta. Os professores atuam para adaptar e adequá-lo às regras do Ministério da Saúde para que ele possa ser colocado dentro dos hospitais.

Segundo o professor Thiago Carreo, gestor da BeeTech e docente de Medicina Veterinária, o objetivo é

desenvolver um equipamento mais barato e em quantidade para evitar uma eventual escassez frente à pandemia. “Fizemos uma versão piloto de acrílico que é menos onerosa para podermos customizar algumas coisas. Terminada esta fase, estamos no processo de fazer os testes com ele em versão produção, feita em aço inox, com todas as adequações”, reporta.

O projeto contou com o apoio de empresários e com o Rotary Club que contribuiu para a aquisição de peças e componentes eletrônicos. O professor relata que ainda faltam algumas adequações quanto à volu-

metria e ao controle de pressão, mas que o produto deve chegar aos hospitais até o começo do ano que vem.

Esta customização do OxyGen no Brasil é um projeto nacional, com vários grupos e frentes atuando nesse projeto, com pesquisadores em Santa Catarina e em São Paulo. “Vamos trocando informações. Quanto mais gente trabalhando, melhores os resultados e mais rápidos os avanços”, afirma Carreo.

Outro projeto em estado avançado de desenvolvimento é o de um respirador mecânico automático pleno. Ele começou a ser desenvolvido por um empresário local, que

é engenheiro eletricista, insatisfeito e preocupado com a alta dos preços de equipamentos deste tipo durante a crise. Carreo conta que o empresário-cientista conseguiu criar um respirador de baixo custo, mas que também não se adequa às exigências do Ministério da Saúde.

“Sabendo disso, fomos falar com ele. Ele pode vir a cumprir os requisitos, só precisa passar por algumas adaptações. Então ele nos deixou começar a trabalhar em cima dele para que ele seja viável”, relata. Este é um projeto local e ainda depende de algumas peças antes de passar para os testes em animais.

ADUFG PROMOVE SAÚDE E CULTURA DURANTE A PANDEMIA

Apesar do número de atendimentos sofrer redução, Sindicato levou o Espaço Saúde para dentro da casa do professor

Luciana Porto

Pelos corredores do Espaço Cultural de Lazer e Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) pouco se viu os professores este ano. Sabemos que não encontrar os colegas na aula de pilates ou nas edições do happy hour, ficar sem aquele café enquanto espera pelo horário do atendimento, não cantar e dançar boas músicas durante os Quintarts não foi fácil. E o nosso arraíá? A festa do professor? O nosso baile de fim de ano? Ah, quantos foram os momentos que não pudemos compartilhar juntos este ano. Apesar disso, o Adufg-Sindicato sempre esteve presente. De forma virtual, a instituição levou para centenas de filiados aulas de yoga, pilates, dicas de alimentação e de exercícios para serem feitos em casa, e até mesmo os eventos. Tudo com o intuito de promover saúde, lazer e cultura mesmo em tempos de isolamento social.

Saúde

Como já era esperado, o número de atendimentos promovido pelo Espaço Saúde em 2020 sofreu queda. Os 5.164 serviços realizados, de longe se comparam aos 10.297 do ano pas-

sado. Apesar disso, o pilates continua sendo a modalidade mais procurada pelos filiados, alcançando quase 60% do total de atendimentos realizados pela instituição em 2020. Para amenizar os efeitos da pandemia e proporcionar saúde para os professores ativos e aposentados durante o isolamento social, o Sindicato lançou o projeto “Adufg Contra o Coronavírus”, que publicou diariamente vídeos informativos. Em cada um dos vídeos, os profissionais que atuam no Espaço Saúde do Adufg ofereceram dicas, sugestões e orientações de atividades que o professor poderia exercer em sua casa para se manter ativo e saudável durante o isolamento social.

De acordo com a diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg, Ana Christina de Andrade Kratz, o Sindicato conseguiu cumprir o seu maior objetivo, que é levar saúde e bem-estar aos professores, apesar das circunstâncias que levaram o fechamento do Espaço Saúde por alguns meses. Outro ponto abordado pela diretora foi a reformulação do serviço de nutrição, que

agora está sendo realizado de forma personalizada conforme a necessidade de cada paciente. Na primeira consulta, já são realizados os exames de antropometria e bioimpedância pela nutricionista Fabiana Bonach. “Não dá para deixar de fazer o máximo possível, principalmente nesse momento tão particular que estamos vivendo, para garantir o bem-estar de todas as pessoas. A prevenção é sempre o melhor caminho”, reforçou.

Lazer e cultura

A impossibilidade da realização de eventos culturais e de lazer, não impediu os professores de confraternizarem. Segundo a professora Ana Kratz, o grupo Travessia, por exemplo, manteve a sua rotina de encontros de forma virtual. “As pessoas se arrumaram, colocaram música, abriram seus vinhos em casa. Através da tela do celular, conseguimos manter a nossa amizade e o papo em dia”, conta.

Mas, o destaque ficou para o Sarau dos Professores promovido pelo Coral Vozes Adufg em parceria com o Grupo Travessia. Em sua VIII edição, o evento este ano teve transmissão

pelo Youtube e o formato cuidadosamente pensado para que a vedete da noite fosse as produções artísticas dos docentes. Com o tema “Você é o talento”, o principal objetivo do Sarau foi promover a integração cultural entre os filiados, e a programação contou com vídeos de apresentações de música, dança e poesia que foram gravados com antecedência pelos professores.

O Coral Vozes Adufg, as aulas de desenho e pintura e o bordado também usaram a tecnologia para aproximar as pessoas e promover interação. A diretora do Sindicato comenta que a iniciativa partiu dos próprios membros dos grupos e que incentivou os professores a desenvolverem a criatividade durante o período de isolamento social. “Quando iniciamos, o professor Alexandre Liah, que nos dá aula de pintura, não sabia sequer ligar o vídeo para as aulas, hoje estamos todos conectados. Criamos peças maravilhosas durante essas aulas da quarentena, pensamos até em realizar uma exposição ou uma feira de artesanato somente com as obras criadas neste momento”, comenta Ana.

Fotos: Diogo Fleury



Atendimento presencial do Espaço Saúde tem sido realizado respeitando todas as medidas de proteção contra o coronavírus

REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO FEDERAL É PRÓXIMO PASSO NO DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

Já no Congresso Nacional, a PEC 32 concentra poder na mão do Executivo, acaba com a estabilidade e facilita o assédio moral



Foto: Reprodução

José Abrão

Após a reforma trabalhista e a reforma da previdência, o Governo Federal volta à carga com uma nova proposta que deve prejudicar o servidor público e afetar drasticamente a carreira do magistério superior. Novamente sob o argumento do aperto fiscal, turbinado pelos gastos com a pandemia, o governo enviou ao Congresso Nacional no início de setembro a Proposta de Emenda Constitucional 32 (PEC 32/2020) que prevê mudanças devastadoras para o serviço público.

A proposta poupa o poder, incluindo os membros do próprio Congresso, juízes e outros membros do Judiciário, assim como todos os militares. A proposta foi divulgada como se fosse afetar apenas novos servidores após a promulgação da emenda, mas uma Frente Parlamentar Mista já apresentou em outubro uma série de medidas a serem incluídas que afetam diretamente os servidores da ativa, podendo piorar o que já está previsto.

Com pressa, o Governo Federal enviou a PEC sem que ela antes passasse pela Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), órgão responsável por assessorar o Executivo quanto à adequação legal de suas propostas.

Para o professor da Faculdade de Direito (FD-UFG), Fabrício Motta, a reforma “é uma precarização do serviço público sem se enfrentar os verdadeiros problemas, deixando muitas ambivalências, muita coisa a ser definida em pontos em que é importante ter segurança política. Ela traz mais confusão do que definição”.

Para o advogado e assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, as ações do governo, desde o princípio, refletem um interesse autoritário, pura e simplesmente, de forçar e ten-

tar controlar os setores que ele considera como inimigos, especialmente as universidades públicas e seus docentes. “Este é um governo pródigo em editar medidas, normativas, portarias, que muitas vezes vão contra tudo aquilo que tradicionalmente era debatido pela categoria. Eles têm diuturnamente se empenhado para implementar uma série de retrocessos que alteram aspectos fundamentais da República, como a nomeação de reitores, cortes e contingenciamentos na educação, programas com viés privatistas nas universidades e por aí vai”, aponta.

Os advogados da Proifes-Federação, Túlio Afonso e Rodrigo Guedes, concordam. “Este é o pior momento do mundo para o servidor público e o melhor momento para quem quer fazer estas reformas. Há toda uma crise econômica e política por trás disso, mas a pandemia é a desculpa perfeita para o governo ‘passar a boiada’”, afirma Túlio.

Ele salientou outras tentativas direcionadas do governo para tentar sucatear a universidade, como o programa Future-se. “É uma afronta. E sabemos que as universidades são tidas como grandes culpadas, por esse governo, de serem formadoras de opinião de esquerda. O antigo ministro da Educação fazia acusações com todas as letras”.

Do ponto de vista jurídico, os advogados concordam que a reforma administrativa prevista é apenas a primeira de três fases de mudanças profundas que devem prejudicar seriamente tanto novos docentes como os da ativa e até mesmo os aposentados. Esta primeira fase, que busca modificar aspectos constitucionais, composta principalmente pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 que vai traçar diretrizes da reforma,



Foto: Diogo Fleury



Foto: Reprodução

Os advogados Túlio Afonso, Elias Menta e Rodrigo Guedes garantem: se a reforma passar, abrirá caminho para retrocessos cada vez maiores

que depois vai ser delimitada, em uma segunda fase, por Lei Complementar.

Conforme definido pelo governo, elas seriam: 1) PEC 32/2020 com novo regime de vínculos, alteração organizacional da administração pública e fim imediato de alguns benefícios; 2) projetos de lei serão apresentados para tratar de gestão de desempenho, diretrizes de carreiras e cargos, funções e gratificações; 3) será apresentado o Projeto de Lei Complementar do Novo Serviço Público tratando de direitos e deveres, estrutura remuneratória e organização das carreiras.

Esta primeira parte precisa da aprovação de três quintos do Congresso em duas votações em cada casa, mas “não é nada de outro mundo: devemos lembrar que temos uma presidente que sofreu impeachment com sessão acontecendo num domingo. Quando há interesse do Congresso, as coisas podem ser mais ágeis do que a gente imagina”, aponta Elias.

E aí, depois, é muito fácil aprofundar as mudanças. “Para regulamentar o fim da estabilidade, o projeto define que será feito através de Lei Complementar. Quem vai regulamentar o que é carreira de Estado, será Lei Complementar. Para aprovar Lei Complementar, só precisa de uma casa com maioria simples”, resume Rodrigo.

Entre as várias ameaças, está prevista o fim da estabilidade para carreiras que não forem típicas de Estado. Para Elias, há uma mudança completa de paradigma, em que o servidor não serve mais ao Estado, mas ao governo. “O governo passa a ter amplo controle sobre quem ele está demitindo”, afirma. Isto desde a aprovação da proposta constitucional, caso redação permaneça como está, importando em um significativo ataque ao Regime Jurídico Único (RJU) como conhecemos, dividindo o funcionalismo público em cinco regimes de contratação, explica o advogado. “Até o presente momento não houve qualquer apontamento de que os servidores do magistério superior serão considerados uma carreira típica de Estado”, disse Elias. Assim, a carreira pode ficar ao sabor do vento.

“A forma que é colocada não se define quais são estas atribuições de Estado e certamente professores estariam fora, o que seria incompatível com outras diretrizes da própria Consti-

tuição como a autonomia universitária e liberdade de cátedra”, afirma Motta. A proposta não apenas precariza a carreira como abre margens diferentes para a perseguição política.

“Vamos ter com relação aos atuais servidores, e sobretudo com os professores, uma disputa muito grande a respeito do que pode ou não ser suprimido no Regime Jurídico, já que em tese a lei quer extinguir tudo, todas as questões de remuneração que estão em vigor, inclusive adicionais, licenças”, analisa Motta. Ele salienta que já há uma precarização da remuneração há muito tempo e que a reforma tenta extinguir qualquer benefício de forma ainda mais definitiva.

Na sua visão, é uma reforma que “só traz cláusulas gerais que a gente não tem ideia nenhuma de como vão ser implementadas e se vão dar certo ou não traz uma diretriz geral de precarização, permitindo terceirizar mais, de criar cargos temporários. Muito ainda vai ficar para ser definido”.

Sucateamento e assédio

Com o fim da estabilidade, Rodrigo Guedes prevê um aumento grave em corrupção, perseguição política e aparelhamento ideológico no funcionalismo. A estabilidade foi criada na década de 1930 porque toda vez que trocava um governo, mandavam embora todo mundo e colocavam a patota deles. A ideia da estabilidade é que mudam-se os governos e ficam as pessoas, para atuar com autonomia”, lembra. “Hoje atendemos muitos professores que estão sofrendo assédio das mais variadas formas”, revela Túlio, “olha o ambiente que vai se formar: sem estabilidade, este assédio vai ser de um nível inimaginável. Ele possibilita constrangimento em cima de constrangimento sob pena de demissão”.

Isso vai piorar muito, não apenas no cargo, mas nos concursos. “É um ataque à ideia de concurso público. Hoje você presta um concurso, que é a forma mais democrática de ingresso: eu não sou amigo do rei, eu estudo, me preparo e passo”, exemplifica Rodrigo. Com a reforma, um concurso que tenha 10 vagas, permite que se chamem mais candidatos, por exemplo, 50 pessoas. E ao longo de um ano vai ser feita uma avaliação. “Ou seja, não importa

se eu passei em primeiro lugar: se meu avaliador – nem se fala em comissão, pode ser um avaliador só – entender que o que passou em 49º está mais apto ao cargo, o primeiro colocado fica de fora depois de um ano de incerteza, sem ser nomeado”, esclarece Rodrigo. Daí surgem questões: quem vai fazer essa avaliação? É isenta, democrática?

Para ele, é uma reforma em que “os pressupostos estão muito equivocados, principalmente se a gente avaliar que historicamente reformas são feitas para garantir direitos, para melhorar a situação do trabalho. Essa é uma reforma que vai legislar para o negativo”.

Elias argumenta que a base para justificar a reforma administrativa é falaciosa. “O Estado gasta muito com funcionalismo. Gasta quanto? O Estado gasta muito mais com pagamento de juros da dívida, que não é auditada. Existem alguns gráficos da OCDE que demonstram que o Brasil de longe não é um dos países com maior vínculo, que não tem tantos servidores públicos assim”.

Para ele, o governo tenta legitimar o desmonte repetido a mesma mentira centenas de vezes até ser assimilada pela população. “Primeiro com a reforma da previdência, dizendo que custava muito caro, agora é o funcionalismo. Qualquer pessoa que acompanha o debate político tem clareza de que para os economistas mais liberais a reforma mais importante é a ‘próxima’. Parece um poço sem fundo”, afirma.

“Hoje tem esse sentimento de que o servidor público ganha muito e trabalha pouco. O governo tenta explorar essa conversa de boteço”, resume Rodrigo Guedes.

Outro ponto preocupante é que uma disposição específica da reforma dá controle total ao presidente da República para criar, extinguir, fundir e transformar autarquias. “Imagine as consequências disso para uma universidade que o presidente possa acreditar que lá as pessoas não gostem dele”, resume Elias.

“Essa é questão importante, porque se dá a oportunidade para que o presidente possa extinguir órgãos. Essa proposta dá uma concentração maior de poder, concentrado no presidente da República”, comenta Motta, “há esse receio de uma concentração de poder sobre coisas que

hoje estão na dimensão legislativa. Há assimetria jurídica. Algo que é criado por lei não devia poder ser extinto por decreto”.

O professor lembra que o presidente da República tentou extinguir por decreto vários órgãos federais e o Supremo Tribunal Federal bloqueou. A intenção é tentar revigorar essa possibilidade e com um claro viés autoritário. “Esta extinção unilateral afasta a deliberação legislativa, algo que realmente nos preocupa”, avalia.

Resume o professor Motta: “não há nenhum avanço para os professores, só risco de retrocessos mesmo”.

Ação

Os advogados da Proifes-Federação concordam que é hora de agir. “A Proifes tem reagido politicamente. Nós temos uma estrutura jurídica descentralizada, que respeita a autonomia de todos os sindicatos”, explica Túlio Afonso, “nós já reunimos o jurídico há pouco tempo, os advogados do Adufg estão sempre presentes e são muito atuantes, e debatemos o tema para nos familiarizarmos com a questão e pensar em algumas ações judiciais quando for possível”.

Juridicamente, a federação busca, através dessa união com os sindicatos federados, desenvolver uma estratégia jurídica convergente, pulverizada em ações localmente. “Assim você unifica uma ação nacional. Conseguimos que o Brasil aja em bloco”, afirma Túlio.

Para Rodrigo Guedes, a movimentação sindical junto ao Congresso pode barrar esta reforma. “A reforma administrativa é um pouco uma continuação da Lei Complementar 173 que congelava os aumentos. A Proifes teve uma atuação direta nos gabinetes. Graças à atuação sindical junto com os deputados, isso foi tirado”.

Esta pressão pode ter impacto. “Esta reforma dificilmente passará como está”, avalia Motta, apesar do desejo do governo por celeridade, “na deliberação legislativa, ela certamente passará por algumas mudanças”. É nesta agenda de deliberação que o movimento docente e sindical pode agir politicamente junto aos deputados e senadores para impedir que o Governo Federal consiga aprovar esta reforma como está: autoritária e destruidora.

Engajamento docente e luta pela carreira marcam XVI Encontro Nacional da Proifes

Medidas de isolamento social levaram o evento a ser realizado de forma remota pela primeira vez em 16 anos

Luciana Porto

O evento que, anualmente, reúne docentes de todo o País para discussão de temas importantes ligados à educação ganhou novo formato 2020. Por causa da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o XVI Encontro Nacional da Proifes Federação foi realizado pela internet, entre os dias 4 e 6 de novembro.

Neste ano, foram abordados cinco eixos: os desafios do presente para o Brasil: cenário econômico e social, saúde, meio ambiente, cultura e comunicação; As carreiras, os salários, as condições de trabalho docente e a retomada das atividades de ensino; Os desafios da Ciência e Tecnologia nas IFEs e a ética na pesquisa; A organização do movimento sindical e a expansão da Proifes-Federação; e o futuro das políticas de Direitos Humanos no Brasil.

O primeiro debate contou com a participação do presidente da Proifes-Federação, Nilton Brandão, do presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (Adufrgs), professor Lúcio Vieira, e do presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Adurn), professor Wellington Duarte. Para ele, o País vive um período de retrocesso. “Com o golpe de 2016, a implementação da agenda ultraliberal já foi colocada em prática pelo governo Temer com o processo

de desmonte do Estado”, avaliou. O docente argumentou que a EC 95 é a principal inimiga da população, pois significa na prática o congelamento dos investimentos ao longo de duas décadas. “Foi com esta emenda que se começou a destruir de forma concreta a possibilidade de recuperação econômica do País”, disse.

No segundo dia de evento, o professor Geci José Pereira da Silva, diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior da Proifes e docente do Instituto de Matemática e Estatística da UFG, mediu o debate levantado pelo representante da ADUFSCAR e diretor de Relações Internacionais da Proifes, Gil Vicente. A discussão passou por temas relevantes para a carreira docente, como a reforma administrativa, orçamento e ataques às IFES, pandemia e trabalho remoto, entre outros.

Sobre a pandemia, Gil Vicente ressaltou a especificidade do caso brasileiro no tratamento à doença. “O Brasil, ao contrário de todos os outros países do mundo, manteve um patamar de mortes e de infecções alto, em uma linha horizontal, durante vários meses”, alertou. Ele ressaltou os perigos da reforma administrativa, cuja justificativa seria baseada em uma perspectiva errônea sobre o serviço público no país. “Não é verdade que o Brasil tem mais funcionários públicos que outros países semelhante. Isso é conversa de

quem quer diminuir o Estado para lucrar em cima”.

Geci destacou que os professores vivem um momento delicado e a reforma administrativa pode complicar a gestão e funcionamento das carreiras docentes e das universidades. “Com pessoas, fizemos universidades fortes. O enfraquecimento da carreira e da relação de servidores dentro da instituição preocupa bastante, especialmente com a reforma administrativa, que vai trazer novos tipos de servidores, quebrando a isonomia”, lamentou.

O terceiro eixo também contou com a representação do Adufg-Sindicato. O diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas da instituição e docente da Faculdade de Informação e Comunicação da, Daniel Christino, mediu o painel com a participação do diretor de Ciência e Tecnologia do Proifes, Ênio Pontes. O primeiro tópico do texto de referência deste eixo trouxe como principal objetivo incentivar a ciência desde a educação básica para preparar cidadãos críticos e pensantes para que se possa exercer uma cidadania plena. A discussão promoveu uma linha do tempo que reflete os recentes ataques e a queda acelerada de investimentos em ciência e tecnologia que, hoje, já é metade do orçamento de 2010.

No último dia do evento, o primeiro debate contou com a par-

ticipação de Eduardo Rolim, que é diretor de assuntos jurídicos e representante do Adufrgs. Na ocasião, foi feito um resgate histórico do movimento sindical no Brasil e também da criação da Proifes-Federação. A professora Luciana Elias, delegada do Adufg-Sindicato e docente da Universidade Federal de Jataí (UFJ), deu um depoimento sobre sua luta sindical como professora para garantir seus direitos. “Sou uma mulher negra que na nossa sociedade é a mais assassinada. Temos muito que entender como fazer luta sindical e luta política dentro da perspectiva do que nós somos. Acho muito importante estudarmos quem nós somos antropologicamente. Mesmo entendendo que a Proifes seja vanguarda em seu modelo de luta, ainda temos muito que avançar”.

Por fim, o quinto eixo foi sobre direitos humanos. Alex Reinecke, do Adurn-Sindicato, ressaltou que o campo tem uma enunciação muito característica que se faz pela sua diversidade. “É muito importante o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Direitos Humanos da PROIFES, que conseguiu avançar no entendimento de que nós temos sim uma luta classista em curso, uma luta muito dura, mas que também temos no interior disso a luta dos direitos humanos, que é feita no conjunto da sociedade”.

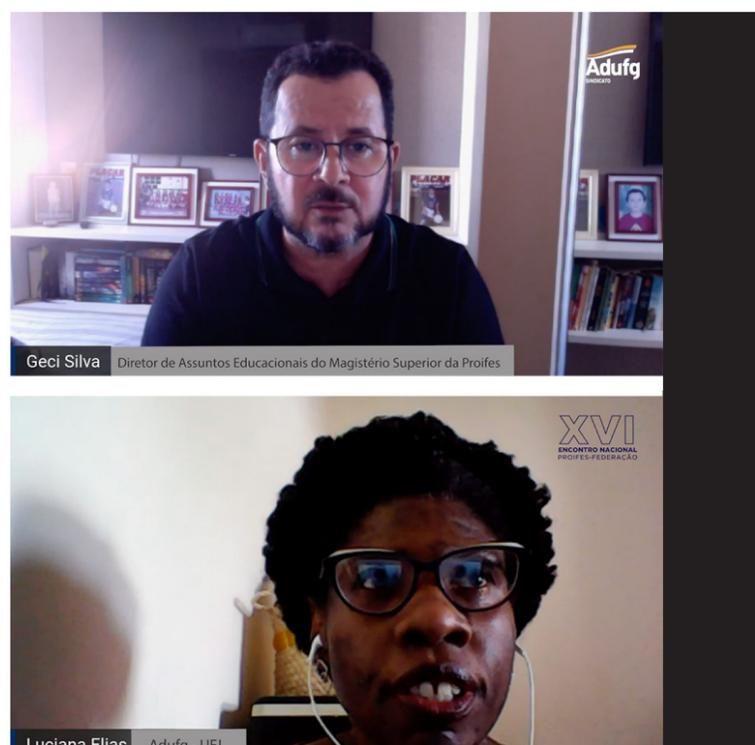
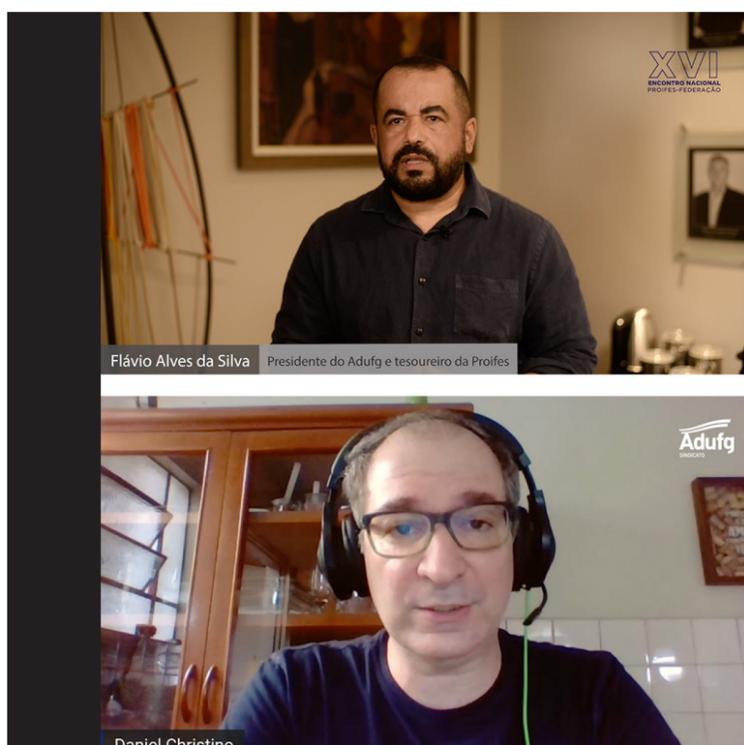


Foto: Reprodução

Docentes e representantes dos sindicatos federados participaram dos eixos de discussão

A PESAR DA PANDEMIA, ADUFG SE MANTEVE FIRME NA DEFESA DOS PROFESSORES

Confira as principais ações realizadas pelo sindicato em 2020



Foto: Diogo Fleury

Professor Flávio: apesar das adversidades, Adufg seguiu atuante politicamente e buscando atender às demandas dos professores

José Abrão

O ano de 2020 mal começou e já parou nos trilhos: o estouro de uma pandemia não apenas colocou todos em alerta, mas forçou todas as atividades, sejam elas sociais, pessoais ou no trabalho, a buscar alternativas viáveis. Não foi diferente para a diretoria do Adufg, que se viu às voltas com uma situação inédita que, ainda por cima, foi complicada por contínuas ações e ataques por parte do governo federal que, ao invés de ir ao socorro da população, viu na crise uma oportunidade para avançar sua agenda retrógrada.

“Este era o ano que a diretoria encerraria o mandato, mas os processos foram todos alterados pela pandemia. Tudo foi afetado”, comentou o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva. “O sindicato ficou fechado por poucos dias em relação a outros sindicatos: muitos, inclusive, permanecem fechados, enquanto o Adufg adotou uma série de medidas de segurança e voltou a funcionar”, disse.

Entre os principais ações implantadas, estão alterações de instalações e redistribuição de pessoal, por exemplo. Com o passar do tempo, foi possível retomar inteiramente a parte administrativa e o Espaço Saúde. Não foi possível retomar a

agenda cultural: apenas algumas atividades foram realizadas de forma virtual, especialmente ações ligadas ao Grupo Travesia. Recentemente, com diversos protocolos, também foi reaberta a Sede Campestre.

No mais, tudo passou a ser online. “Passamos todas as atividades políticas, sindicais e assembleias para a internet, às vezes com mais de uma reunião por dia”, comenta Flávio. Foi difícil se adaptar a tudo isso, principalmente de aprender a utilizar os aplicativos de conferência, “mas nos adaptamos e hoje todos participam de forma mais tranquila”.

Neste ponto, o professor parabenizou a atuação da diretoria de Convênio e Assuntos Jurídicos, Ana Christina Kratz. “Ela não deixou as atividades pararem e conduziu de maneira constante uma agenda com os aposentados, o que foi muito importante para o sindicato”. A agenda política seguiu ativa junto ao Fórum Goiano e à Proifes-Federação com campanhas e articulações contra as reformas do Governo Federal.

“Desde o início, o governo fez diversos ataques. Tentou cortar a insalubridade dos professores e outros benefícios porque, segundo o governo, não estávamos trabalhando, sendo que os docentes estavam e seguem atu-

ando fortemente dentro e fora dos laboratórios no combate à Covid-19”, disse Flávio.

Entre os principais ataques, ele classifica como mais danosos a constante intervenção do presidente nas eleições para reitor, desrespeitando a vontade das listas tríplices, e a reforma administrativa, que prejudica todos os servidores públicos. Em resposta a estas ações, ele salienta que a Proifes-Federação tem se movido para criar um Projeto de Lei reforçando a autonomia universitária e atribui ao movimento sindical o entrave da reforma administrativa, que deve ser votada, agora, só em 2021. “Tivemos uma forte atuação jurídica nesse período, tanto pelo sindicato quanto pela federação, para evitar que nesse processo houvesse alguma retirada de direito”, afirma.

Durante a pandemia o sindicato esteve atento a ajudar os professores em sua proteção. “Fizemos doações de um total de quase R\$ 100 mil apoiando iniciativas de várias unidades acadêmicas, especialmente da área da saúde, que estavam fazendo exames do Covid-19 ou produzindo EPIs”, lembra Flávio. Foram distribuídas mais de 20 mil

máscaras nas três universidades.

Realização

Apesar dos percalços, 2020 ainda teve espaço para algumas conquistas. A principal delas foi a inauguração da nova sede administrativa de Jataí. Flávio lembra que a construção era “um sonho antigo”, desde quando ele ingressou no sindicato. “Trabalhei de 2011 até 2018 junto à prefeitura de Jataí para a doação de um lote junto com os professores de lá para que conseguíssemos essa conquista. Finalmente conseguimos esta vitória e construímos a sede em uma região valorizada de Jataí”, conta.

Antes do final do ano será dado o início à construção da nova sede administrativa de Goiânia. Além disso, os lotes que adquirimos já estão prontos para construções que serão tocadas pela próxima diretoria. Um dos planos, já uma demanda antiga, é de fazer uma academia com musculação e piscina para os professores.

Para 2021, há apenas uma proposta em mente: “é fazer a eleição e empossar a nova diretoria assim que houver condições”, finaliza o professor.

Recorte racial ainda é desafio para docentes ingressarem na pesquisa

Dados cedidos pela própria Universidade Federal de Goiás, Jataí e Catalão revelam a ciência ainda é praticada por professores majoritariamente brancos



Foto: Pysyllia K.

Docente e cientista, Anna Benite critica a pouca participação das universidades em ações que incentivam a pesquisa desde o ensino básico, sobretudo nas periferias

Luciana Porto

Juntas, as Universidades Federais de Goiás, Jataí e Catalão (UFG, UFJ e UFCAT) possuem 2.994 docentes ativos, sendo somente 74 autodeclarados pretos (2,47%) e 379 pardos (12,65%). Além disso, a representatividade desse grupo na ciência é ainda menor: Os dados são referentes ao Censo da Educação Superior divulgado no ano passado e apontam que, dos 2.392 professores envolvidos com projetos de pesquisa, apenas 2,51% são negros. Embora este cenário esteja mudando, em função do crescimento no número de estudantes pretos nas instituições federais por meio da Lei de Cotas, a realidade é muito evidente: a população negra ainda é restrita ao universo acadêmico, sobretudo quando se trata de ciência.

Secretária Executiva da Associação Nacional de Pesquisadores Negros (ABPN), docente da UFG e coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão, Anna Maria Canavarro Benite explica que, desde o ensino básico, a ciência é ensinada e produzida dentro das instituições escolares de forma universal. Ou seja, não há envolvimento ou iniciativas de inclusão da população negra. “Uma ciência produzida a partir de um lugar único, feita por um sujeito universal para a população universal, proporciona respostas pouco robustas. Somos a maioria autodeclarada negra nesse País, é fundamental que nos envolvam nesse processo. E não estou afirmando que pesquisadores negros vão pesquisar apenas

negritude. Não! Nós pesquisamos sobre todos os assuntos”, argumenta a docente que é mestre e doutora em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com Anna, a própria expansão do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) pode ser considerada uma Ação Afirmativa. Isso porque a iniciativa ampliou e proporcionou a abertura de novos cursos e, consequentemente, o número de vagas para servidores e docentes. “Tem muita gente, incluindo professores, que entraram na universidade por meio da política de reservas e que são contra as Ações Afirmativas. Isso porque essas pessoas acreditam em meritocracia, o que é uma falácia. Nós não somos de verdade sujeitos de direitos, é o Estado quem decide quem tem direitos. E o Estado brasileiro sufoca e produz ausências quando não quer falar sobre o nosso maior problema: que somos uma nação racista. O machismo e o patriarcalismo são reproduções do racismo, o primeiro recorte é o racial.”

Inclusão

Recentemente a UFG passou a reservar 20% das vagas para quilombolas e indígenas também na pós-graduação, o que garante participação e envolvimento desse grupo em pesquisas. Anna conta que a ABPN também possui um programa de bolsa de iniciação científica no ensino médio com recorte

racial, enfatizando que a inclusão deve se iniciar ainda no ensino básico. Além dessas ações, Anna fundou em 2015 o projeto ‘Investiga Menina’. Com o intuito de incentivar meninas pretas a optarem por carreiras na área de exatas e ciência, a iniciativa promove ações coletivas para o benefício da comunidade escolar, proporcionando experiências que levam a contribuição das mulheres para a criação de recursos científicos e tecnológicos.

O projeto vai de encontro a outro dado preocupante. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de todos os cientistas que realizam pesquisas voltadas às áreas exatas, as mulheres negras representam apenas 5,5% desse montante. Atualmente, o ‘Incentiva Menina’ tem sido desenvolvido com a colaboração de uma escola pública localizada no Setor Vera Cruz, bairro periférico de Goiânia. “Para proporcionar mais acesso à ciência, é preciso que as universidades extrapolem os espaços acadêmicos. E eu faço essa crítica como docente.”, conta.

UFG

Para o reitor da universidade e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, Edward Madureira Brasil, essa desigualdade é fruto de um processo histórico que deve ser enfrentado com medidas concretas

para que cada vez mais a instituição, em todos seus níveis, espelhe a diversidade de cor e/ou raça da sociedade brasileira. Ele conta que em 2018, um grupo de integrantes de Coletivos Acadêmicos e de Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFG, vinculados a temáticas relativas à equidade racial, direitos humanos e ações afirmativas, apresentou à Universidade um documento que pedia a revisão da forma que a UFG atendia a Lei 12990/2014, que trata da reserva de vagas em concursos públicos. “A gestão da UFG avaliou as diferentes possibilidades e caminhos experimentados no Brasil e estabeleceu uma nova metodologia para a aplicação da reserva de vagas para docentes negros. A partir de então, a cada cinco vagas, a primeira será reservada aos candidatos que se autodeclararem negros e os concursos realizados desde então já atendem essa nova metodologia que coloca a universidade entre as IFES mais efetivas no cumprimento da Lei de cotas no Brasil.” “A gestão da UFG avaliou as diferentes possibilidades e caminhos experimentados no Brasil e estabeleceu uma nova metodologia para a aplicação da reserva de vagas para docentes negros. A partir de então, a cada cinco vagas, a primeira será reservada aos candidatos que se autodeclararem negros e os concursos realizados desde então já atendem essa nova metodologia que coloca a universidade entre as IFES mais efetivas no cumprimento da Lei de cotas no Brasil.”

Mais do que acesso, ações afirmativas promovem inclusão e permanência de estudantes na universidade

Apesar de instituir cotas, legislação nem sempre prevê a permanência de alunos no ensino superior. Com diversas ações voltadas para esses estudantes, UFG é pioneira e se destaca em projetos de Ações Afirmativas



Foto: Acervo Pessoal

Em 2017, a UFG inaugurou o Espaço de Convivência, que realiza o acolhimento dos estudantes

Luciana Porto

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, pela primeira vez, o número de estudantes negros e pardos nas universidades públicas no Brasil ultrapassou o de brancos. Os resultados do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” foram divulgados no ano passado e indicaram que o percentual desse grupo com idades entre 18 e 24 anos cursando ensino superior saltou de 50,5% em 2016, para 55,6% em 2018. O aumento do acesso da população negra à educação é, em parte, reflexo das políticas públicas de Ações Afirmativas, como por exemplo a Lei Federal de Cotas.

Jeronilson Quirino da Silva está inserido nessa realidade. Membro da comunidade Kalunga Vão do Moleque, na região do Rio da Prata em Cavalcante, o estudante do curso de Ciência Sociais só conseguiu acesso ao ensino superior graças às políticas de ações afirmativas. Na verdade, a história começa muito antes, quando aos 15 anos de idade Quirino teve de morar na casa de desconhecidos para cursar o ensino médio, já que na comunidade quilombola não haviam escolas de nível médio. A entrada na Universidade Federal de Goiás (UFG) só foi possível para

o estudante por meio das cotas, e a sua permanência também se deve às ações realizadas pela instituição, como os programas de bolsas e a moradia na casa do estudante.

E permanência é a palavra mais importante quando se trata de ações afirmativas. Isso porque não basta dar acesso, é necessário promover condições de continuidade do estudante na universidade. É o que explica a titular da Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFG (CAAF), Marlina Dorneles de Lima. “A inclusão não se finaliza no acesso ao direito a vaga. Depois disso, é muito importante realizar o acolhimento dos alunos. Os primeiros seis meses são muito fundamentais e são o que vão determinar a permanência ou evasão do estudante. Conhecemos histórias de pessoas que chegam de mochila nas costas sem ter onde morar. Fomos identificando, ao longo desses anos, casos de estudantes que armam as suas barracas no próprio campus por não terem pra onde ir”, relata a docente.

Por isso, atualmente a UFG conta que diversos projetos que promovem não apenas a inclusão dos alunos indígenas e quilombolas, como também o acolhimento deles. De acordo com Marlina, o pontapé se dá ainda no momento da matrícula. “O primeiro passo é

esse acolhimento. Descobrir se o estudante tem onde morar, se ele tem familiar aqui. Caso esse aluno não tenha uma residência, nós vamos ajudá-lo a conseguir moradia e vamos fornecer um auxílio financeiro de seis meses. Isso é para todos os cotistas, não apenas quilombola ou indígena. Esse é o projeto Acolhe, que há dois anos tem esse papel de aproximar quem está chegando, de quem já está aqui.”

Outro ponto que merece atenção, segundo a coordenadora de Ações Afirmativas, é a adaptação dos alunos indígenas e quilombolas. Ela conta que muitas vezes os estudantes indígenas que chegam à universidade tem o português como a segunda língua, não a primeira. Assim como há quilombolas que desenvolvem muita restrição nos relacionamentos interpessoais, já que ele é apenas um em uma turma. “Nós temos um espaço de convivência onde recebemos esses alunos e orientamos com qualquer informações que eles precisem e assistência pedagógica. Além disso, realizamos outra tarefa que é muito importante para o fortalecimento das Ações Afirmativas: a formação docente”, explica a docente.

A UFG é reconhecida em todo o País por incentivar e promover a Educação Intercultural, como a formação de professores indígenas, por exemplo. A modalidade é ofertada desde o ano 2006 pela instituição, e em 2014 teve a sua sede inaugu-

rada: o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI). “Para ter inclusão nessa comunidade é preciso mudar a nossa compreensão. Como um indígena vai ouvir sobre plantas na biologia, e não vai poder falar sobre uma planta que ele conhece que tem propriedades curativas? Ou mesmo um estudante quilombola conhecer um filósofo negro, um educador negro? Então, precisamos mudar as referências dos cursos, por isso realizamos esse trabalho com os docentes e as coordenações. São muitas frentes para que esses estudantes se sintam realmente incluídos. É preciso colocá-lo como protagonista”, pontua Marlina.

Pioneira no Brasil, a UFG reserva 20% das vagas de todos os processos de pós-graduação destinadas a indígenas e negros, o que já desperta os sonhos de Jeronilson. Graduando do último período, ele conta que, por enquanto, não pretende retornar à comunidade quilombola depois da conclusão do curso, isso porque o estudante já está se preparando para o mestrado em Ciências Políticas. “Depois que eu colar grau vou perder a minha bolsa. Mas, quero tentar um emprego ou um estágio remunerado para continuar morando aqui e dar continuidade aos meus estudos”, planeja o futuro quilombola cientista social mestre em ciências políticas.



INFORME JURÍDICO

Justiça determina que gratificações natalinas dos professores que recebem abono de permanência sejam recalculadas

O Adufg-Sindicato conseguiu na Justiça que as gratificações natalinas dos professores que recebem abono de permanência nas três universidades federais de Goiás (UFG, UFJ e UFCAT) sejam recalculadas.

A decisão acolheu os argumentos do sindicato para que as três instituições considerem o benefício de permanência no pagamento dos décimos terceiros salários de forma retroativa aos cinco anos anteriores à propositura da ação. “É uma decisão acertada e que corrige um grave equívoco”, explica o advogado Igor Escher, da Assessoria Jurídica do Adufg.

A sentença foi proferida pela 3ª Vara Federal Cível de Goiânia. A decisão ainda deve ser revisada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. “Estamos atentos para garantir que os direitos da categoria sejam sempre respeitados”, garante o presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva.

Adufg-Sindicato protocola pedido de intervenção como amicus curiae junto ao STF em ação que trata da nomeação de Reitores nas IFES

O Adufg-Sindicato protocolou pedido de intervenção na qualidade de amicus curiae junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) nº 759 que trata da nomeação de reitores nas instituições federais de ensino superior (IFES).

Nela, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) sustenta a inconstitucionalidade da discricionariedade na escolha dos Reitores das instituições federais de ensino superior, decorrente da violação dos preceitos fundamentais (gestão democrática, art. 1º CRFB/88, republicanismo, art. 1º, CRFB/88, pluralidade política, art. 1º, V e autonomia universitária art. 206, II, III e VI e art. 207 CRFB/88), discricionariedade esta verificada nos atos concretos narrados nesta petição inicial, bem como nos atos normativos pré e pós Constituição Federal de 1988 (art. 16 da lei n. 5.540/1968, lei 6.420/1977, lei 7177/1983 e lei 9.192/1995) determinando-se que as nomeações sejam feitas respeitando o primeiro da lista.

Para o advogado e assessor jurídico do Adufg, Elias Menta, “a habilitação da entidade é relevante na medida que se pretende aprofundar o debate sobre a nomeação dos mandatários máximos das IFES, não podendo se admitir que interesses não republicanos estejam inseridos nesse contexto, sendo evidente que os reitores devem contar com o apoio da comunidade acadêmica, mesmo porque sua gestão é destinada à comunidade acadêmica e a toda sociedade”.

Mesmo com pandemia, cresce número de ações e atendimentos jurídicos

Apesar da dificuldade imposta pelo coronavírus, assessoria jurídica do Adufg seguiu atuante mesmo que no ambiente virtual



Foto: Diogo Fleury

Advogado Elias Menta integra a assessoria jurídica do sindicato e seguiu prestando atendimento remotamente aos docentes.

Ao longo do ano de 2020, a assessoria jurídica do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) seguiu atuante tanto junto à Justiça quanto no atendimento dos docentes. Por causa da pandemia do coronavírus, a assessoria passou a atender virtualmente os professores, de maneira, remota, com agendamento prévio através de aplicativos e softwares de reunião. Mesmo com um período de adaptação, a decisão se revelou acertada, pois o número de ações impetradas pelo sindicato dobraram.

Até meados de setembro foram realizados 323 atendimentos na sede do sindicato somando presencial e virtual, e foram propostas 237 ações, um aumento de 139% ao ano de 2019 e 32% em comparação ao ano de 2018. “Ou seja, ainda bem antes do ano se concluir, há havíamos mais que dobrado nossas atividades em relação ao ano anterior”, resume o advogado e assessor jurídico do sindicato, Elias Menta.

Para ele, ainda é muito cedo para se compreender o que pode ter motivado este crescimento nesse período, mas ele dá um pal-

pite. “Uma das condições principais foi a discussão sobre o Artigo 192. Viemos lidando e discutindo com muita tranquilidade com a administração da universidade há dois anos e esse ano veio o último não e aí tivemos que ajuizar essas ações”, comenta.

Ele se refere à ação proposta em setembro de 2019 que busca garantir que enquanto os processos não tenham transcorrido não haja nenhum prejuízo financeiro aos docentes e que envolve um grande número de professores, tanto em ações individuais quanto coletiva.

Aliás, correm mais de 10 ações coletivas no momento. Embora a do Artigo 192 seja uma das principais, se destacam outras como a que determina que gratificações natalinas dos professores que recebem abono de permanência sejam recalculadas, já conquistada na Justiça.

Entre outras ações, o sindicato também acionou este ano o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, duas vezes na Justiça. Primeiro em uma interpelação, para que ele preste esclarecimentos sobre as declarações que fez sobre as universidades pú-

blicas (esta teve seu seguimento negado por Ricardo Lewandowski). A outra é um processo por danos morais pelas ofensas feitas pelo ministro aos professores federais. Esta ainda aguarda julgamento.

Além disso, a assessoria jurídica, em parceria com o departamento de Comunicação do Adufg-Sindicato, lançou o Jurídico Responde, programa online em nosso site que busca sanar as dúvidas cotidianas dos docentes em questões relacionadas à carreira do magistério superior. Somado a isto, a equipe jurídica participou de diversas transmissões ao vivo – as lives – durante o ano debatendo temas importantes como a Reforma Administrativa, em parceria com a equipe jurídica da Proifes-Federação, além de realizar, novamente com o apoio da comunicação, uma série de debates para promover o lançamento do livro *Lawfare em Debate*, fruto do grande evento realizado no ano passado.

“É importante ressaltar que a equipe jurídica do Adufg está sempre à disposição do docente, seja para tirar suas dúvidas, seja para uma consulta jurídica”, resume Menta.

Adufg conclui obras da nova sede em Jataí



Foto: Divulgação

Além da parte administrativa, novas instalações terão atendimento jurídico e espaço de cultura, lazer e saúde

O Adufg-Sindicato está de casa nova em Jataí. As obras da nova sede administrativa foram concluídas. Um dos principais objetivos das novas instalações é garantir mais eficiência no atendimento aos professores. Foi um investimento total de R\$ 1,1 mi-

lhão. A nova sede possui 582 m² de área construída, 310 m² de calçamento, 520 m² de muro e 140 m² de jardim. O custo final da obra foi de R\$ 1.890,00 por metro quadrado, valor bem abaixo do que é praticado no mercado de construção civil. O

prédio fica localizado no bairro Cylleneo França e foi construído em um lote de mil metros quadrados doado pela Prefeitura Municipal de Jataí. O telefone para contato é (64) 3631-8363. Para o presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva, “trata-se de

um passo importante para a consolidação do sindicato em Jataí. Contamos com 160 professores filiados e, a partir de agora, poderemos dobrar este número”, afirma. O local abrigará atendimento administrativo e jurídico, bem como área de lazer, cultura e saúde.

Universidades federais de Goiás se destacam no Enade

O Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2019 (Enade 2019) e os cursos da Universidade Federal de Goiás (UFG) se destacaram. Das 21 graduações avaliadas neste ciclo, 95% obtiveram notas 5 (7) e 4 (13), que representam conceitos excelente e bom, respectivamente. Os cursos que conquistaram a nota máxima

(5) são Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Mecânica, Nutrição e Engenharia Civil (nos campi de Goiânia); Engenharia de Produção (Aparecida de Goiânia); e Arquitetura e Urbanismo (Goiás). A Universidade Federal de Jataí (UFJ) também obteve bons resultados. Dos 25 cursos da UFJ, 9 foram avaliados. Desse universo, três cursos obtiveram o conceito 5 (Enfermagem, Medicina e Zootecnia).

Atendendo a pedido do Adufg, UFJ cria GT sobre a reforma administrativa

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) criou um grupo de trabalho para tratar sobre questões relacionadas à reforma administrativa. A criação do grupo foi um pedido do Adufg-Sindicato para que os servidores públicos da instituições possam se informar e debater estratégias para proteger seus direitos conquistados. O grupo será formado em caráter de urgência. “Se for aprovada, a proposta do governo prejudicará todos os

servidores. Poderemos perder diversos direitos que foram conquistados em muitos anos de luta”, afirma o pró-reitor de Gestão de Pessoas da UFJ, professor Hanstter Hallison Alves Rezende, que presidirá o grupo. Farão parte do grupo docentes de cada unidade acadêmica da UFJ e representantes dos servidores técnicos-administrativos em educação que atuam na instituição, além de representantes do Adufg e do Sint-Ifesgo).

Festa do Professor: virtual e com distribuição de prêmios

Por causa da pandemia da Covid-19, a Festa do Professor deste ano foi realizada em formato inteiramente virtual, com transmissão pelo Facebook e pelo YouTube. “Mesmo diante de um governo que elegeu o ensino, a ciência, a pesquisa e os servidores públicos como inimigos, os professores mostram cada vez mais a sua importância para toda a sociedade”, afirmou o presidente do Adufg, Flávio Alves da Silva. A confraternização também recebeu o presidente da Profes-Federação, professor Nil-

ton Brandão, que elogiou as ações do Adufg na defesa da categoria. “É um sindicato pujante que tem feito a diferença à frente das adversidades impostas pela pandemia”, disse. Mesmo virtual, a festa contou com muita animação: mais de 300 professores interagiram ao longo da programação, que contou com show dos cantores Laércio Correntina e Emídio Queiroz. Além disso, o Adufg sorteou 18 prêmios para os participantes, como TVs, notebook, fritadeiras, entre outros.



Foto: Reprodução

Mais de 300 professores participaram de evento online

Em busca de transformação

Luciene Dias, da FIC, atua para que a universidade seja cada vez mais um espaço de acolhimento e reconhecimento

José Abrão

Professora da UFG desde 2009, Luciene de Oliveira Dias é conhecida por sua atuação e pesquisa sobre gênero, classe e etnia. Ela foi a primeira coordenadora de Ações Afirmativas da universidade durante a gestão do professor Orlando Amaral. Também foi coordenadora do curso de Jornalismo e hoje coordena o Programa de Pós-graduação em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Tudo é um resultado que reflete o seu caminho em direção à docência.

Nascida em Goiânia, ela passou sua infância e adolescência na cidade de Vianópolis, na região da estrada de ferro. Ela e sua irmã gêmea, Luciana, estão entre as mais velhas de um grupo de 10 irmãos. “Eu brincava muito de atravessar a linha do trem sob risco, de fazer bijuterias e apetrechos que dependiam do trem passar por cima do cobre”, lembra. Aos 17 anos, voltou com todos os irmãos para a capital.

Nessa época ela já começou a militar e a se interessar pelas ciências sociais através da Pastoral da Juventude do Meio Popular, vinculada à Igreja Católica. “Nos debates e conversas da pastoral, eu acessei as primeiras informações sobre História de uma perspectiva mais crítica. Estabeleci minhas primeiras discussões sobre gênero, sexualidade e etnia”, conta.

Foi aprovada no vestibular e entrou na graduação de Ciências Sociais na UFG quando tinha por volta de 20 anos, mas fez apenas um ano do curso. Por causa das dificuldades financeiras, ela avaliou que precisava “de um curso um pouco mais prático, mais imediato, que me oferecesse um mercado de trabalho mais rápido”. Sem muita expectativa, mudou para o jornalismo. Ficou muito decepcionada com o curso, principalmente por se sentir sozinha na universidade. “Eu era a única estudante negra do curso e extremamente tímida. Os alunos eram quase todos rapazes e muito diferentes de mim”, disse.

Ainda antes de se formar, já começou a atuar na área. Antes da colação, encontrou um edital do governo do Tocantins para jornalista. Foi uma grande oportunidade: aprovada, se mudou para a capital do novo Estado onde ficou por 12 anos trabalhando como jornalista. Não era uma rotina fácil. “Eu era assessora do governo do Estado mas como o piso salarial



Quando entrou na UFG pela primeira vez, Luciene não se sentiu à vontade. Hoje, sua carreira acadêmica se transformou em força transformadora.

Foto: Diogo Fleury

estudando jornalismo comunitário. “Eu tive contato tanto com correspondentes da CNN quanto com os idealizadores do jornal da Ku Klux Klan”, lembra, “foi um momento difícil, porque eu, mulher negra, lidando com esse tipo de publicação ainda existente no interior dos EUA”.

Já a tese abordou e registrou a história oral do quilombo Barra de Aroeira (TO). Assim como o concurso no Tocantins, antes mesmo de terminar a tese apareceu outra oportunidade: uma vaga para professora do curso de jornalismo na UFG, aquele mesmo em que ela não se sentiu à vontade tantos anos antes.

Retornou para encontrar um curso que, assim como o resto da UFG, estava em meio a um profundo processo de mudança. “Quando eu entrei como estudante na universidade, eu esperei um espaço inclusivo. Eu procurei uma mulher para me orientar e não consegui. Quando eu assumi a sala de aula aqui na UFG e comecei a ter contato com novos estudantes, meninas muito jovens como eu naquela época, desorientadas, precisando de conversa, é que eu comecei a me posicionar, a dizer que é importante você reconhecer-se. Comecei a trabalhar reconhecimento, muito a partir do grupo de pesquisa”, salienta.

Começou criando o Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença - o Pindoba, que trabalha etnia, classe e gênero. Esta atuação chamou a atenção e rendeu o convite para ocupar a Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFG.

“Foi motivo de muito orgulho para mim porque a coordenadoria não existia. Ainda hoje não são todas as universidades que têm uma coordenadoria específica para ações afirmativas”, afirma. Entre as ações que ela conseguiu implementar, destacam-se as cotas na pós-graduação e a adoção do nome social em todas as instâncias da UFG.

Após tantas transformações tanto em sua vida quanto na universidade, Luciene resume o que faz com um único norte: “um debate com a comunicação, sempre fortalecido pela minha formação maior que é a antropologia. E buscar através dessas iniciativas construir uma universidade mais inclusiva, mais vivida”.

não é muito alto, eu tinha vários outros empregos. Houve uma época em que eu tinha quatro empregos”. Trabalhou em todas as áreas do jornalismo: impresso, em televisão, com assessoria de imprensa e no rádio.

Um destes empregos mudaria novamente a sua vida: “quando eu entrei na assessoria do Ministério Público Estadual do Tocantins eu comecei a percorrer todos os 139 municípios do Estado. Nesse trabalho eu percebi coisas. Foi o meu primeiro contato com um grupo quilombola, conheci muitos grupos indígenas, conheci população ribeirinha. Em uma viagem para a inauguração de um trecho asfáltico no extremo norte do Tocantins, eu encontrei as quebradeiras de coco babaçu”.

Foi amor à primeira vista. Ela se engajou e se envolveu com as mulheres quebradeiras, atuantes na região do Bico do Papagaio. Mais de uma década depois de concluir a graduação, ingressou e concluiu o mestrado em

Ciências do Ambiente na Universidade Federal do Tocantins (UFT). A dissertação resultou posteriormente em um livro, *Mulheres de Fibra*.

“Fiz esse mestrado muito feliz!”, relata, e com a paixão pela ciência veio o desejo de lecionar, começando como substituta na UFT e em instituições privadas em Palmas. “Fiquei encantada com a docência e quis abandonar o jornalismo. Decidi caminhar para a pesquisa”, concluiu. Era hora de tentar o doutorado. Fez a seleção para um programa de ação afirmativa da Ford Foundation. Era um edital nacional e ela foi a única do Tocantins aprovada, que não apenas permitiu fazer sua tese onde ela queria como uma especialização fora do país.

“Eu era muito apaixonada pelo programa de antropologia da UnB”, disse. Na época, ele era nota 7 na Capes. Além de poder escolher onde fazer o curso, em meio à tese, passou um ano letivo em Fayetteville, em Arkansas (EUA) onde se especializou